

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

JOÃO PEDRO FAVARETTO DE SOUZA

**O ESPIRITO DA REVOLTA: O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DE
CLASSE EM SÃO PAULO EM 1917**

Ribeirão Preto

2021

JOÃO PEDRO FAVARETTO DE SOUZA

**O ESPIRITO DA REVOLTA: O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DE
CLASSE EM SÃO PAULO EM 1917**

Trabalho de conclusão de curso de
graduação em História do Centro
Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita

Ribeirão Preto

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

S715e

Souza, João Pedro Favaretto de

O espírito da revolta: o desenvolvimento da consciência de classe em São Paulo em 1917 / João Pedro Favaretto de Souza - Ribeirão Preto, 2021.

41p.

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita

1. Consciência de classe 2. São Paulo 3. Inglaterra I. Narita, Felipe Ziotti II. Título

CDU 330.85

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸ 9878

JOÃO PEDRO FAVARETTO DE SOUZA

**O ESPIRITO DA REVOLTA: O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DE
CLASSE EM SÃO EM 1917**

Trabalho de conclusão de curso de
graduação em História do Centro
Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de licenciatura.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Me. José A. Faustino
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Me. Osmair S. Botelho
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

**Ribeirão Preto
2021**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha mãe, Josiane Shirley Favaretto, por todas as noites em claro em resposta à minha espera, por todas as conversas, instruções e conselhos durante minha graduação e, principalmente, em meu processo de construção subjetiva. Agradeço aos meus irmãos mais novos, Angelo Gabriel Favaretto de Souza e José Renato Favaretto Lopes, diante de suas ausências a trajetória teria se tornado menos motivadora.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita, e a todos os professores que me acompanharam durante minha trajetória curricular.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Nainora Maria Barbosa de Freitas, por todo carinho e apoio.

Ao meu amigo Carlos Felipe Queda, que ficou ao meu lado me apoiando durante o processo mais turbulento em que eu me encontrava.

Aos meus amigos e colegas de sala Gabriel Garcia Braz e João Gilberto Pereira, que ficaram ao meu lado durante a trajetória, compartilhando saberes e experiências.

Agradeço também aos demais amigos e colegas, que através de conversas, lamentos, críticas, debates, trocas de experiências e cervejas colaboraram de forma especial para minha formação acadêmica.

RESUMO

A pesquisa analisa os desdobramentos das greves inglesas do final do século XVIII a fim de retomar aspectos do conceito de consciência de classe, segundo a obra de Edward P. Thompson, para entender o papel da mobilização trabalhadora durante o processo de greve geral em São Paulo em 1917. Resgatando os pressupostos e as causalidades que permitiram a formação da Sociedade Londrina de Correspondência, a união dos grupos ideológicos anarquistas e comunistas no cenário grevista paulistano, o levante e a organização da população britânica e paulista, a pesquisa delinea os distintos entendimentos de métodos de organização dos grupos ideológicos presentes no cenário paulista. Ao sintetizar o conceito de greve geral, destacamos os principais métodos responsáveis pela união dos anarco-sindicalistas e anarco-comunistas durante o cenário paulista de 1917, bem como seu papel no desenvolvimento da consciência de classe, trabalhando perspectivas teóricas sobre a composição das classes sociais e a consciência de classe.

Palavras-chave: Consciência de classe. São Paulo. Greve.

ABSTRACT

The research analyzes the developments of the English strikes of the end of the 18th century in order to rescue aspects of the concept of class consciousness, according to the work of Edward P. Thompson, in order to understand the role of labor mobilization during the general strike process in São Paulo in the year 1917. Recovering the assumptions and causalities that allowed the formation of the Londrina Correspondence Society, the union of anarchist and communist ideological groups in the São Paulo strike scenario, the uprising and the organization of the British and São Paulo population, the research outlines the distinct understanding of methods of organization of ideological groups present in the São Paulo scenario. By synthesizing the concept of general strike, we highlight the main methods responsible for the union of anarcho-syndicalists and anarcho-communists during the 1917 São Paulo scenario, their role in the development of class consciousness, working with other theoretical perspectives of social classes and social consciousness.

Keywords: Class consciousness. São Paulo. Strike.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 IMIGRAÇÃO E TRABALHO	11
2.1 A greve	14
3 GREVE: DAS TURBAS ÀS MANIFESTAÇÕES.	20
3.1 Turbas, manifestações e dissidência	23
3.2 Anarco-sindicalistas, anarco-comunistas e socialistas	26
4 GREVE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE	31
4.1 Consciência de classe	33
4.2 Greve geral de 1917: ligas bairristas dos operários	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A história de todas as sociedades existentes é a história da luta de classes, visto que, desde que o primeiro espaço de terra fora demarcado, conflitos entre as classes vigentes são travados como disputas políticas. Deste modo, como meio de fundamentar a consciência histórica é necessário reconhecer as premissas que determinam o conceito de classes, como elas se desenvolveram e quais eram suas relações socioeconômicas. Segundo a concepção marxista, a classe operária é a única dentre todas as classes existentes, e que já existiram, em que é possível o desenvolvimento da consciência de classe, isso porque sua posição no campo histórico permite com que ela reflita a sociedade em sua totalidade, buscando formas de superação do sistema.

Durante o final turbulento do século XVIII, a Inglaterra presenciou a formação do Sociedade Londrina de Correspondência, definida pelo historiador Edward P. Thompson como os primeiros passos de manifestação da consciência de classe na sociedade britânica, ao levar em consideração os métodos como a classe operária relacionou suas experiências em termos culturais. A SLC, que a princípio possuía apenas o intuito de garantir seus interesses em comum, visando por um representante nas bancadas parlamentar, buscou através da organização superar contextos adversos, lutando contra a exploração trabalhista, as ações de açambarcadores e monopolistas e se esquivando de grupos guiados por interesses externos, isto é, grupos que lutavam por interesses de outros indivíduos ou instituições.

Em São Paulo, mais precisamente em 1917, os trabalhadores paulistanos se encontravam em um caótico contexto bélico. A guerra europeia servia como argumento para a súbita elevação nos valores de recursos primário para a manutenção da vida e como justificativa para os baixos salários dos operários, que vez ou outra eram totalmente consumidos por multas. Além das questões materiais, havia também a alta taxa de desemprego em resposta a exploração de mulheres e crianças, que substituíam os homens em alta porcentagem nas indústrias, por serem considerados mais dóceis e de fácil condicionamento. A luta paulistana deu seus primeiros passos através dos grupos libertários; anarco-sindicalistas e anarco-comunistas, que buscaram encontrar meios de sintetizar as distinções de seus ideais,

a fim de promover a luta solidária, visando não só na luta pelas consequências, mas também pela causa e na fundamentalização da consciência de classe.

O principal intuito desta monografia é analisar, no contexto britânico do século XVIII, aspectos de manifestação da consciência de classe e referenciá-los com o cenário paulista do século XX, visando as obras *A formação da classe operária inglesa* de Edward P. Thompson e a tese de doutorado *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917* da historiadora Christina da Silvia Roquette Lopreato. Ao tratar de contextos distintos, fica evidente a complexidade do conceito de consciência de classe, pois é notável que a mesma, segundo Thompson, se manifeste sempre da mesma forma, entretanto nunca da mesma maneira, pois esta é representada em uma forma volátil que se adapta ao contexto preenchendo as bordas da historicidade, ou mais precisamente com Thompson (1963, p. 25): “[...] se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, ideias e instituições”. Também foi retratada a premissa, tanto no âmbito teórico quanto políticas dos grupos comunistas, sobre as perspectivas de classe social e consciência de classe de Georg Lukács.

No primeiro capítulo foram abordados os desdobramentos dos cenários de migração, tendo em vista as formas cujo os grupos ideológicos eram vistos pela sociedade paulistana, o papel da mídia que foi responsável pela caracterização dos libertários, os fatores que levaram os trabalhadores de diferentes setores a se erguer juntos contra seus patrões, o papel dos anarquistas e comunistas no cenário paulista e o contexto de greve britânica no século XVIII. O propósito consiste em buscar referências de aspectos de manifestação de consciência de classe.

No segundo capítulo foi levantada a retórica do conceito de greve geral como um movimento pedagógico de rompimento com a apatia. Foram retratadas as distinções de turbas, manifestação e dissidência, bem como o papel de cada movimento no desenvolvimento da consciência de classe e as ações metodistas na Inglaterra no século XVIII, tendo em vista seu êxito na religiosidade e sua perpetuação no interior social. Ao fim deste capítulo foram criticadas as distinções entre os anarco-sindicalistas, anarco-comunistas e demais ideológicos e suas principais relações.

No terceiro capítulo, foi alcançado os demais conceitos teóricos de classes sociais e consciência de classe de Georg Lukács, Edward P. Thompson e as concepções deturpadas de classe como uma “coisa” e a noção burguesa de classe como algo inexistente. Em suma, este capítulo busca sintetizar as distinções entre os

grupos ideológicos durante o contexto grevista em São Paulo, através de seus métodos organizacionais de mobilização do operário, em busca de se promover a dialética.

2 IMIGRAÇÃO E TRABALHO

O cenário do final do século XIX foi marcado por diversas correntes migratórias para o Brasil. Atraídos pela ilusão de uma melhor condição de vida, trabalhadores portugueses, espanhóis e italianos migraram para o país sob as promessas dos recrutadores de mão de obra a fim de substituir os escravos nas lavouras de café. Os estrangeiros cruzaram o Atlântico com esperanças de encontrar uma vida digna no Brasil. Contudo, os operários europeus sofreram com as precárias condições de trabalho agrícola. Com isso uma parcela dos pobres europeus voltara para seus países de origem e a outra migrou para o estado de São Paulo, região onde a riqueza acumulada pelo café era associada aos primeiros passos mais concretos de industrialização.

Junto com essas massas migratórias vieram as ideias. Alguns imigrantes atuaram também como militantes, seja pelo engajamento diante das condições de trabalho na nova terra ou até mesmo em função da condição de exilados que escapavam de perseguições políticas de seus países nativos. Nesse contexto, diversas ideologias de esquerda, como o comunismo, anarquismo e o socialismo, circularam no Brasil – especialmente nas grandes cidades, onde a circulação social de pessoas e de ideias era mais intensa. Além disso, o papel da esfera pública, dinamizada por jornais de fácil circulação, foi importante para a vitalidade das novas ideologias. Os primeiros registros sobre os anarquistas datam de 1893, quando o jornal *Correio Paulistano* publicou, entre julho e agosto, quatro reportagens. Na primeira delas, por exemplo, os anarquistas foram retratados como

Perigosos, chefes e partidários de uma seita destruidora que vieram para o país em busca de votos espontâneos, em busca de novos campos de ação, fugindo de vinditas de seus camaradas quando descobertas suas traições ou por expressa exigência policial, esses buscam usufruir da hospitalidade e dos cofres públicos, para no fim implantar a desordem e a anarquia de uma luta fratricida incompatíveis com as abundâncias do país (LOPREATO, 1996, p. 16).

A representação dos anarquistas para a população paulistanas era bastante negativa. A ideologia era vista como uma espécie de ameaça parasita e criminosa que buscava usufruir da hospitalidade e dos recursos dos cofres públicos a

fim de financiar suas lutas que, segundo a mídia local, “nada dizem respeito as condições socioeconômicas da nação” (LOPREATO, 1996, p. 19). O jornal *Correio Paulistano* também colocou em xeque o comportamento do policiamento fronteiriço por permitir, financiar e incentivar a imigração europeia: “quando força ou permite a emigração dos mesmos, é ela própria quem lhes dá o salvo conduto, onde as más qualidades e indignas profissões são substituídas por atestados que para eles constituem verdadeiros títulos” (LOPREATO, 1996, p. 26). A condenação aos anarquistas fazia coro a uma larga tendência do fim de século, pautada em uma visão de ordem moral respaldada na ideologia do trabalho, de modo que as contestações sociais eram estigmatizadas – além disso, certamente pesavam as notícias de atentados promovidos por anarquistas na França, Inglaterra, Rússia e Itália (NARITA, 2019).

É certo que repressão aos anarquistas a qualquer grupo organizado que busque de alguma maneira defender suas causas não surgiu no Brasil. O conflito capital/trabalho, aguçado na sociedade industrial, conduz essas tensões a um verdadeiro motor das lutas sociais. Há muito, portanto, as elites perseguem os ideais esquerdistas e seus representantes ou qualquer organização sindical que possa apresentar algum risco para os privilégios da classe dominante, já que esses grupos representavam concepções libertárias que fortalecem e organizam a classe subordinada a fim de denunciar os grilhões da exploração de classe. Historicamente, aliás, essas questões marcaram o nascimento do mundo industrial. Esse foi o caso da Sociedade Londrina de Correspondência: mesmo que esse grupo sindical em seu início não tivesse um posicionamento ideológico tão claro, a ação política para obter um lugar no parlamento britânico preocupou o governo inglês, a ponto de prenderem o presidente da SLC, Thomas Hardy, e algumas possíveis testemunhas para um interrogatório. Temendo conspirações, condenaram Hardy que antes mesmo de seu sádico destino foi declarado “não culpado” pela vontade do júri, que até o momento não tinha sido tocado pelo contexto, mas sim ficado de estomago embrulhado com a forma que seria feita a execução em praça pública (THOMPSON, 1963).¹

Durante o processo de greves inglesas em que se dividiam as reais manifestações operárias e as turbas, sob o comando do agitador John Wilkes, a classe

¹ Por mais que o júri quisesse acusar Hardy, os membros não tiveram estomago pra isso, visto que a condenação para traidores era ser enforcado, retirado ainda vivo e ter as entranhas queimadas em sua frente. O primeiro jurado desmaiou no momento em que o réu foi declarado “não culpado”.

proprietária, temendo os ecos da Revolução Francesa, usou a mídia e as pregações metodistas para manchar a imagem da organização e ao mesmo tempo atravancar suas reuniões, que, por terem sido proibidas pelo primeiro ministro e pelo parlamento, ocorriam em bares, tavernas e qualquer outro lugar de fácil acesso que pudesse reunir uma boa parcela de pessoas sem levantar suspeitas. Vale lembrar que o próprio *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848 por Marx e Engels, foi redigido por uma liga política que atuava nas margens do sistema legal (HOBSBAWM, 2012). Por mais que o início da Sociedade Londrina de Correspondência tivesse acontecido muito anterior a sua oficialização, em uma taverna aos arredores de Strand, com nove homens “sóbrios e bem intencionados”, o alicerce da educação inglesa era metodista e portanto era evidente que aqueles que foram meramente educados por ela iriam olhar com maus olhos para “aqueles que habitam as fortalezas de satanás”. Contudo, foi dentro da educação metodista que diversos trabalhadores – inclusive Thomas Hardy – obtiveram conhecimento de métodos organizacionais e mesmo com as políticas de quietismo e sobriedade, que impediram o posicionamento do povo inglês por pelo menos 100 anos, os integrantes da SLC souberam se organizar com êxito, sendo assim fica mais correto afirmar que as manifestações britânicas aconteceram apesar do metodismo e não graças a ele (THOMPSON, 1963).

Dentro dos contextos apresentados, destacamos as semelhanças entre os passos dados antes da iniciação de fato do posicionamento das sociedades londrina e paulistana. É comum que, tanto em Londres quanto em São Paulo, anteriormente a esses movimentos já existissem outras organizações que dialogassem a respeito das causas operárias. De todo modo, especialmente o caso brasileiro foi com os anarquistas que as manifestações criaram forma e passaram a adotar ações diretas e radicais. A classe operária não cria a consciência, mas sim presencia sua formação (THOMPSON, 1963). A partir dessa premissa é possível questionar a ideia de que a greve geral de 1917, no Brasil, aconteceu espontaneamente e, em função da ausência de mecanismos controladores da luta social (como os partidos), a greve tenha sido algo desconjuntado. Essa leitura é enfatizada por Leôncio M. Rodrigues e reforçada por Boris Fausto (1986), ao analisar que “[...] desde os memorialistas à análise sociológica tem-se ressaltado o caráter espontâneo da greve de 1917 e não há motivos para rever essa qualificação... A ausência de um plano, de uma coordenação central de objetivos pré-redefinidos é patente.” Essa perspectiva apresenta a noção enraizada de que a classe trabalhadora necessita de partido ou órgão político

representante para poder se mobilizar. É como se ela dependesse de interesses externos para poder se manifestar. Contudo, como será melhor desenvolvido futuramente, existe uma grande alternância entre uma manifestação “turbulenta” e uma real manifestação.

2.1 A greve

Antes de entendermos as causas que levaram ao contexto da greve de 1917, é preciso entender o que é a “crise” que foi levantada pelo Estado e pela imprensa. Seja em questões econômicas ou políticas, as classes de proprietários aderiram ao termo para iludir e assim se assegurar possíveis revoltas, visto que a palavra crise, usada para representar a condição socioeconômica e política, é como um sepulcro, pois amedronta com a ideia do fim e assim reprime a classe operária ao mesmo tempo que reforça suas esperanças ao recordar nostalgicamente de um passado “sadio”. Sendo assim, o termo é usado para camuflar a necessidade de exploração que o sistema capitalista utiliza para se sustentar como sistema vigente. A crise é um instrumento de gestão: é uma ameaça ideológica de que a vida pode ser ainda mais precarizada caso a ordem não seja mantida.

Durante o contexto da Primeira Guerra Mundial, os países europeus se encontraram totalmente preocupados com as indústrias bélicas e por isso destinaram a grande maioria de suas verbas em indústrias bélicas, fazendo com que fosse necessário importar constantemente recursos básicos, em especial do Brasil, que durante esse período foi um dos maiores exportadores de alimentos para a Europa. Durante esse momento, o trabalhador paulistano teve que trabalhar consideravelmente mais, ganhando menos e se deparando com altos preços de recursos essenciais para a manutenção da vida.

Outrora o não houvesse o argumento da guerra, a classe operária já sofria com baixos salários, péssimas condições de trabalho, descontos na folha de pagamento, com a exploração de mulheres e crianças e, como se não fosse o suficiente, também era obrigada a lidar com os altos preços dos monopólios e açambarcadores que retiravam a pouca renda do operariado cobrando valores absurdos de recursos essenciais para a alimentação da sociedade paulistana, em especial à farinha, que era constantemente exportada e portanto seu nível de procura

só fazia aumentar seu valor. Sendo assim, a sociedade paulistana, que já sofria com os métodos arbitrários de exploração, se encontrava em 1917 tirando de sua boca e das suas famílias para o sustento das sociedades europeia. Durante o cenário inglês do século XVIII os operários se viram em um contexto similar, porém, sem o argumento da greve, os trabalhadores se viram tendo que enfrentar os monopólios e açambarcadores que levavam os preços de recursos essenciais a vida nas alturas. É durante esse período que grupos do movimento libertário começaram a saquear moinhos e revender produtos, como por exemplo a farinha, a um preço justo para a sociedade londrina.

Dentro das indústrias era natural que o industrial, não satisfeito com alguma ação ou acidente de um operário, impusesse multas para ameaçar os trabalhadores que, caso aplicadas, seriam descontadas direto do pagamento. Essa ação afetava principalmente os menores de idade, que se encontravam em grandes porcentagens nas fabricas. Era comum que elas ocupassem ofícios exaustivos de mais de doze horas, incluindo turnos noturnos e por conta disso era natural que dormissem durante o trabalho ocasionando diversos acidentes entre as engrenagens das fabricas. Eram, portanto, o principal alvo dos descontos na folha: muitas vezes os salários, que já eram cerca de 10% de um salário de um homem adulto – mesmo que desempenhando o mesmo papel –, vinham totalmente riscados, isso quando não eram agredidos pelos proprietários que os ameaçavam com o desemprego para se manterem em silêncio.

Em 1917 houve uma série de investigações jornalísticas sobre as condições de trabalho dos menores de idade, em que os menores reclamam dos descontos das folhas de pagamento e denunciavam as agressões sofridas. O jornal *A Gazeta* deu o primeiro passo com sua matéria “As crianças nas fabricas”, junto com *A Capital*, de modo que ambos proporcionaram entrevistas com os menores de idade da indústria Irmãos Crespi, apresentando suas péssimas condições de trabalho, seus turnos exaustivos, que exigem mais do que suportado pela força de uma criança, e denunciando os maus tratos sofridos na empresa (LOPREATO, 1996). A matéria do jornal *A Capital* intitulada de “A inquisição no Cotonifício Crespi”, além de abordar o cotidiano dos menores de idade, também apresentou perspectivas de que as crianças eram exploradas pelos patrões e pelas famílias, que permitiam essas condições e muitas vezes os incentivavam a ingressar na vida profissional muito cedo. As entrevistas levantaram o clamor da população sobre as questões de trabalho infantil, algo que rapidamente foi visto pelos anarquistas como uma possibilidade de ação.

Para além nos menores de idade, a classe de mulheres também sofrera com as explorações em geral, tendo em vista baixos salários, péssimas condições de higiene e segurança, descontos na folha de pagamentos e turnos exaustivos. Contudo essas também eram vítimas de assédio e eram obrigadas a trabalhar com menos de 50% dos salários referentes aos operários homens. Durante o cenário de 1917, os operários homens sofreram com um severo número de demissões e aqueles que não eram demitidos foram vítimas das ameaças do desemprego. Dentro desse cenário o número de contratações de mulheres e menores de idade cresceu gradativamente, com a desculpa de que com a “crise” era necessário contratar mulheres e crianças por serem uma parcela da classe trabalhadora mais econômica para os interesses dos industriais, contudo é notado a partir das reportagens dos centros de mídia da época que essas contratações ocorriam também por ser muito mais fácil lidar com mulheres e menores de idade por serem dóceis. Todavia a diferença salarial dentro das indústrias não apresentava sentido, mesmo para os parâmetros argumentativos dos proprietários, pois como visto antes, as máquinas tornam a produção equivalente, independentemente da idade ou gênero do operador.

Com os alardes das imprensas e com a conscientização da população paulistana a respeito das condições de trabalho dos menores de idade, o movimento anarquista percebeu e logo se manifestou desenvolvendo uma reunião em prol da causa dos menores de idade no 4 de março de 1917, considerando os menores “vítimas do capitalismo, explorador e tirano a fim de que não continuem submetidas as explorações e torturas” (LEPREATO, 1996, p. 39). A reunião destacou a presença de militantes de diversas vertentes ideológicas: Rosa Musitano, Antonia Soares, Encarnacion Majie, Florentino de Carvalho, Endono Colli e Edgar Leuenroth, este último o principal autor e editor do jornal anarquista *A Plebe* que, assim como a SLC, visava pelo pressuposto de alcançar a maior parcela de trabalhadores possíveis, mas, ao invés de correspondência, *A Plebe* utilizou a maior facilidade da imprensa do século XX para difundir seus jornais. A reunião seguiu de forma direta e sincera, sem contornos ou segundas intenções. Usou de argumento simples, distantes dos pomposos argumentos aristocráticos que, ao invés de alcançar as massas, somente as distanciava do debate político.

Em 11 de março, outra reunião foi marcada pelo centro libertário a fim de promover uma manifestação a fim de propagar a indignação e o protesto em resposta à exploração de menores de idade. Anarquistas e simpatizantes dos ideais

assentaram a questão publicamente, com o intuito de “esclarecer os pais dos menores, difundir os motivos morais e desfazer interpretações e conclusões erradas” (LOPREATO, 1996). Também foi elaborado um manifesto com todas os motivos e intenções da manifestação.

As campanhas anarquistas guiadas pela finalidade da busca do fim de exploração dos menores de idade ganharam a simpatia da população paulistana e despertaram a curiosidade da imprensa local. Foi graças a essa campanha que o movimento anarquista encontrou um campo fértil para fecundar suas ideias e conseguir romper com o preconceito estereotipado de parasita e marginal anarquista estruturado pela imprensa durante o final do século XIX.² A partir desse momento, São Paulo entrou em um cenário de agitações grevistas para protestar os baixos salários, o valor dos recursos fundamentais para a sobrevivência, o fim da exploração de mulheres e crianças e fazer valer da jornada de trabalho de oito horas – em resposta à conquista das greves gerais internacionais de 1 de maio – e pelo fim do alto custo de vida. Foi durante essas agitações – bairristas em seu primeiro momento – que o operário José Ignez Martinez, de 21 anos, foi morto durante o confronto entre os policiais e trabalhadores, ocorrido no dia 10 de junho de 1917 no bairro do Braz, em frente à fábrica de tecidos Mariângela. A notícia do desfecho desse cenário se alastrou pela cidade como brasa em palha seca, causando um forte impacto emocional sobre os operários. Os militantes anarquistas e socialistas, ao se reunirem em torno do Comitê de Defesa do Proletário, decidem usar o cenário de comoção para desenvolver uma manifestação popular de repúdio à violência policial utilizada contra os grevistas. Na beira do sepulcro, destacavam-se as falas de Edgar Leuenroth, Theodoro Monicelli e José Fernandez, em destaque estes dois últimos por enfatizar a massa de mais 11 mil pessoas que “É preferível a morte do que uma vida em desarmonia com os princípios de dignidade humana” e que “é necessário induzir o governo e o poder municipal a por um fim no aumento dos gêneros alimentícios, pois

² Por mais que os anarquistas conseguiram obter a atenção e posteriormente a confiança da população paulistana é visto que ainda sim o preconceito estruturado pela Imprensa sobre os anarquistas ainda não tivera sido superado pela mesma. Isto é notado durante as publicações de jornais postados durante a greve geral, que ao abordar o movimento, como por exemplo O Estado de São Paulo, se referir ao cenário parabeniza os trabalhadores e sua capacidade organizacional sem se referir a nenhum grupo sindical ou ideológico, excluindo a infraestrutura organizacional que alicerçou a manifestação identitária.

de nada adiantava conseguir um aumento de 20% se os preços continuavam a subir” (LOPREATO, 1996).

Durante as primeiras semanas das manifestações, esse foi o principal argumento dos grupos libertários, que a princípio buscavam despertar a classe trabalhadora da apatia e atenta-los para a solidariedade, esta que é a palavra chave dos ideais anarquistas do CDP, pois dentro das ações diretas na luta de classe de nada adianta lutar por interesses próprios ou interesses externos, pois, nesses cenários a classe operária não encontra êxito em seu interesse em comum, apenas ameniza temporariamente os abusos da exploração. É certo que os anarquistas já tinham isso em mente e, portanto, durante o cenário de greve geral deixaram claro em manifestos que é necessário que a classe trabalhadora não caísse em argumentos de políticos e proprietários que buscassem camuflar seus interesses através do cenário da greve geral anarquista.

O movimento de paralisação geral se iniciou com as manifestações dos operários das indústrias têxteis, que em seu desenvolvimento ganhou forças com outras categorias, e a partir de junho foi se alastrando. Durante esse cenário, na tentativa de frear com a movimentação, os industriais utilizaram da força pública que logo adotou ações arbitrárias para reprimir os grevistas. Essas ações só fizeram aumentar a revolta dos trabalhadores, tornando o contexto mais tenso e acirrado.

É visto que durante o processo a imprensa libertaria foi um viés extremamente importante para o contexto de paralisação geral, pois além de buscar um número ilimitado de membros, essas se uniram em prol de interesses em comum, chegando a um acordo. visto que outrora os movimentos anarco-sindicalistas e anarco-comunistas possuíam meios divergentes de ação, durante a paralisação geral ambos reconheceram que o papel da greve deve ser em resposta aos interesses identitários do trabalhador, e não imparcial e contraproducente. “A greve geral deveria ser acompanhada de um forte movimento popular e se contribuir no alicerce de uma consciência coletiva, ainda inexistente, mas indispensável para o projeto anarquista de construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (LOPREATO, 1996).

É em julho – quando as manifestações ganham força e a paralisação geral dá seus primeiros passos – é que as forças militares intensificaram suas ações arbitrárias e que em resposta novas manifestações surgem, buscando o fim da violência policial contra os grevistas, em que os operários apontaram as ações arbitrárias como uma tentativa de transgredir à lei suprema, a do direito de vida. Outrora

em um outro cenário e em uma outra época é visto que outro fator fundamental para o despertar londrino contra o parlamento inglês e o constitucional direito de propriedade, foi a quebra dos direitos de nascença. Notasse que durante as ações de monopólios e açambarcamentos na Inglaterra o povo inglês - a princípio a sociedade londrina – se encontrou com o direito indispensável em cheque, o direito à vida, portanto sendo necessário agir em busca da garantia da mesma, furtando dos moinhos recursos essenciais para revender a um preço acessível, de modo que ao mesmo tempo que permitiam que a população se alimentasse também forçasse os monopólios a diminuírem os preços de vez (THOMPSON, 1963). Uma ação direta que visa solucionar o controverso cenário e contribuir para o alicerce da consciência coletiva.

Em suma, a greve geral se estendeu entre os conflitos dos trabalhadores contra polícia, em que para amenizar esses conflitos os grevistas emitiram um manifesto aos soldados, proclamando que aderissem à sua luta se recusando a servir como “um instrumento de opressão dos Matarazzo, Cresppi, Gamba, Hoffman etc...Os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres” (LOPREATO, 1996), e tentativas das Mídias e do Estado de chegar a uma acessão, em que muitas vezes esses acordos foram estratégias do Estado para capturar os líderes do movimento.

3 GREVE: DAS TURBAS ÀS MANIFESTAÇÕES

Ao nos atentarmos para os contextos de manifestações, tanto da década de 1910 em São Paulo quanto as revoltas inglesas do século XVIII, é notável a necessidade de buscar uma definição mais precisa e reflexiva de especificação do processo de construção de greve. Independentemente do contexto histórico, é certo que para se estruturar legitimamente a greve necessita de determinados aspectos, tais como: ser um movimento que se configure em intencionalidades internas subjetivas em comum, em síntese, ser um movimento não- espontâneo, distinto de intencionalidades externas, que se estruturam de maneira volátil em prol de algum representante. Nesse sentido, é preciso estabelecer que a greve em sua essência é, dentre as demais ações diretas, o meio mais funcional para o desenvolvimento e a propagação da consciência de classe, pois se caracteriza como um movimento pedagógico, de rompimento com a apatia, de ação autônoma e de contraposição ao parlamentarismo de políticas elitista.

Durante o processo de manifestações britânicas a SLC se distinguiu dos demais movimentos dissidentes por se configurar de intencionalidades autônomas, que se contrapunham ao parlamentarismo – e que visavam apenas os interesses da classe proprietária e seu processo de organização sindical não espontâneo, pois a espontaneidade, como já foi abordado anteriormente, pressupõe a incapacidade de organização da classe minoritária. Outra atribuição do pressuposto da espontaneidade a premissa que abre margem para a oportunidade, pois por mais que os desdobramentos de ações políticas definam em variáveis de virtú e fortuna (MAQUIAVEL 2018), o “oportunismo” contextual das greves predispõe ações ilegítimas – no sentido grevista - legais em função de propósitos externos, isso fica evidente em Thompson durante sua narrativa das turbas inglesas; dissidentes e wilkistas: “[...] a turba era respaldada pelos magistrados locais e por um pároco, também local, que ficava escandalizado com os pregadores de Wesley [...]” (THOMPSON, 1963). Nesse contexto,

Durante aproximadamente uma década, Londres e o Sul pareceram (nas palavras de um crítico) ser “um grande manicômio sem guardas sob o domínio de uma turba indigente, vadia e bêbada movida apenas pelas palavras *Wilkes* [...]” (THOMPSON, 1963, p. 99).

É necessário entender que essa citação não é necessariamente direcionada para os trabalhadores ingleses, mas sim para arruaceiros e valentões e todos aqueles que eram pagos para apoiar interesses externos, tantos dos grupos dissidentes quanto de John Wilkes.

A terminologia “ação direta” tem como responsável Fernand Pelloutier, revolucionário sindical francês, responsável pelo desenvolvimento da associação de sindicalista francesa (Bourses du Travail). Segundo o mesmo, a ação direta possui o viés pedagógico de educar o trabalhador no sentido de buscar a autonomia e o desenvolvimento da capacidade de autodeterminar suas próprias decisões, isto é, garantir a autorreflexão, a atitude e decidir e agir por conta própria, pois, o operário nada deve esperar das forças externas a si. Também é preciso entender a ação direta como uma estratégia de conflito político que se contrapõe ao parlamentarismo, como já descrito anteriormente, de só representar os interesses das classes dominantes. A greve é, em síntese, a representatividade da vitória do trabalhador sobre si mesmo; por superar os temores individuais, romper com o sentimento de apatia social, golpear a classe proprietária e promover o sentimento de solidariedade. Portanto, a ação direta – em especial a greve – é entendida como o princípio político de dignidade coletiva (LOPREATO, 1996).

As ações diretas são fundamentais para a manifestação das necessidades e interesses políticos da classe operária. É certo que para se chegar ao momento de ação direta é necessário todo um processo de preparação pedagógico para o rompimento com a apatia. Como já apresentado, a apatia, para os anarquistas de São Paulo, foi um dos principais desafios durante o processo dialético com a classe trabalhadora, pois além da caracterização repulsiva que o Estado e as Imprensas Nacionais apresentaram dos anarquistas para a sociedade paulistana e das raízes de políticas escravocratas, a classe trabalhadora se encontrava envolvida nesse sentimento mutuo que acarreta na falta de coesão, rivalidades entre a própria classe operária e o desapego das questões sociais.

Essa descontinuidade da luta operária está relacionada com a própria dificuldade da militância anarquista em lidar com o operário formado [...] principalmente, por “imigrantes” cujo escopo único é amontoar pecúlio e voltar à terra...e por uma população de brasileiros em que predomina elementos incultos, provenientes do trabalho agrícola, com ressaibos de escravatura recente” (LOPREATO, 1996, 110).

A princípio, Pelloutier, pioneiro da ideia, ao propagandear a greve geral, a definiu como “um meio pacífico e legal para a garantia do desenvolvimento econômico”. Ao se juntar ao movimento operário francês e levantar a concepção de greve geral, as ações de Pelloutier foram fundamentais durante a busca da jornada de trabalho de oito horas. Os delegados dos 21 países presentes na reunião deliberaram, por unanimidade, o dia 1 de maio de 1890 como o dia em diversos trabalhadores da Europa e das Américas, reivindicando a jornada de trabalho de 8 horas e a definição de greve geral. As discussões dos congressos trabalhistas foram observadas por diversos militantes, em especial os anarquistas e sindicalistas da sociedade paulistana. Por seu viés cooperativo, tendo em mente que trabalhadores dos dois mundos se uniram em uma greve geral, o dia primeiro de maio foi caracterizado como a aurora dos novos tempos. Por mais que não tenham sido vitoriosos diretamente na busca da jornada de trabalho, diversos outros países adotaram a causa. Dois anos após romper com o socialismo, o propagandista Joseph Pelloutier deixou o intuito de legalidade e pacifismo e deu a greve geral um caráter revolucionário.

Para além das demarcações das terras inglesas e paulistanas, ficam evidentes também aspectos importantes do desenvolvimento da consciência de classe, através das ações diretas por demais países da Europa, ênfase para os movimentos sindicais espanhóis do século XIX, que assim como os demais utilizaram uma imprensa jornalística própria do proletariado para o alcance de demais membros. Isso porque os interesses dos sindicalistas responsáveis pelo jornal “A Voz do Operário” eram romper com a concepção equivocada de distinções de “classes” operárias, pois mesmo se tratando métodos de trabalhos únicos, as explorações presenciadas e experimentadas da classe são únicas (SANTOS, 1981). Ao discorrer sobre sua tese do materialismo histórico-dialético, Marx define que a mesma mão que levou às ruínas do feudalismo também levaria à economia moderna. Os meios de produção serão responsáveis pela socialização dos indivíduos que logo iram relacionar padrões de exploração nas relações de consciência de classe (MARX, 2015).

3.1 Turbas, manifestações e dissidência

Durante os desdobramentos históricos é evidente que diversas movimentações sociais se formem, sejam elas por filiação de determinado político ou em prol de algum ideal em comum. Entretanto é necessário distinguir as influencias e interesses visados por esses coletivos, se são atribuídos por interesses internos em comum ou se parte de um interesse subjetivo de algum sujeito ou instituição externo à realidade do meio social. As turbas são levantes guiados por interesses externos, movimentos legalizados ou não, em que instituições ou partidários impulsionam as massas através de pagamentos ou da oportunidade espontânea de levante ou movimentação política. As turbas, como massa de manobra, são muito utilizadas durante contextos de conflitos econômicos, como durante o século XVIII na Inglaterra, em que o propagandista e político John Wilkis, ao buscar um posicionamento dentro do parlamento, usou das massas para propagar pelas cidades seus ideais. Por mais que os discursos de Wilkis abordassem temas como liberdade, igualdade e melhores condições de vida, as ações das turbas eram guiadas unicamente pela vontade do político, sem levar em consideração os interesses e as necessidades internas dos manifestantes. Outra evidencia de turbas dentro das demarcações inglesas veio dos movimentos dissidentes ao metodismo, que vandalizavam casas e locais de pregações de reverendos sobre a autorização dos magistrados, de modo que o próprio John Wesley com seus pregadores, ao iniciaram suas ações na Inglaterra testemunharam movimentações turbulentas por todo território britânico (THOMPSON, 1963).

As ações turbulentas são dinâmicas e funcionais dentro de suas premissas: intensificar e camuflar interesses externos com a pluralidade das vozes. Contudo é necessário pensar em como esses movimentos serviram como pressupostos para os sindicalistas do século XVIII. Com as greves Wilkistas, movidas pelo discurso de liberdade, operários de diversos setores se encontravam na oportunidade de expor seus sentimentos de revolta sem se preocupar com as consequências de um Estado que visa apenas pelas vontades da classe proprietária. E por mais que trabalhadores estivessem sido guiados, não por espírito próprio e muitas vezes contra a sua vontade, os operários tinham ali um momento único e espontâneo de vingança contra a classe que tanto a explora e oprime. É nesse momento também que alguns indivíduos tem a sua primeira impressão - e experiencia – de agitação política popular, que futuramente

serviu para levantes de manifestações dos interesses do coletivo. Os movimentos guiados por “liberdade e Wilkes” predeterminaram a transição das manifestações sindicais, sendo assim é correto afirmar que as turbas de John Wilkes eram o meio do caminho entre a apatia social e a manifestação radical autoconsciente. Passa a ser mais evidente durante os distúrbios de Gordon de 1780, em que a agitação popular transita entre três fases; de uma movimentação calma e bem organizada para uma fase de espontaneidade autorizada guiada por uma turbulência sobrecarregada do desejo de acertos de contas para o início de um orgia desenfreada, movida por cervejas, incêndios de extrema violência, em que foi necessário a suspensão da “manifestação” (THOMPSON, 1963).

Se refletirmos sobre o que as turbas representam no processo de modelagem da consciência de classe, fica certo que elas não são consideradas antagonistas das manifestações, visto que algumas vezes até elas se tornam predispostas para a autoconsciência coletiva. Entretanto, as experiências compartilhadas entre os ofícios e os movimentos sindicais seguem em contrapartida a todas as manifestações de turbas, logicamente, por partirem das manipulações e explorações da elite e por seu caráter apático. Ao delegar em jornais, os manifestantes discorrem com cautela para que a classe dos operários não caia em narrativas externas aos seus interesses. Na Espanha, o jornal do sindicato “A Voz do Povo” declara que a função da jornal do trabalhador é o instruir, transformar pela força do associativismo e reivindicar a mesma; pensar a classe em si, para si, que somente a classe trabalhadora – independente do setor, não só o tabaqueiro – entende seus interesses e portando deve se manifestar unicamente pelos próprios interesses (SANTOS, 1981). No Brasil, mais especificamente em São Paulo, durante o processo de despertar dos trabalhadores, os manifestantes anarquistas deixaram muito claro sua posição sobre as influências externas, segundo eles, só se alcançaria a paz após uma guerra de redenção social, pois:

[...] nossa abstenção à guerra dos outros não deve e nem pode fazer esquecer a nossa própria guerra, a única necessária e honesta, a única urgente e inadiável, pois que tende à realização de uma ordem de coisas em que os homens não precisarão bater-se e matar-se entre si, ou seja, na defesa de uma pátria que ninguém atacará ou na conquista desse pedaço de pão, que será fácil e abundante (LOPREATO, 1996, p. 80).

As concepções de quietismo impostas pelos metodistas no século XVIII, como já foi mencionado, foram um considerável atraso para as manifestações da classe operária, visto que, com sua expansão pelas demarcações da religiosidade e da educação, a sociedade inglesa se encontrava crente das políticas wesleyanas de organização e sobriedade que balizavam a mentalidade coletiva em prol do sistema econômico liberal, isto é, com a crença de que, independentemente da situação, o explorado irá triunfar no fim dos tempos, enquanto o explorador cairá em chamas por todas as injustiças cometidas. Somadas as políticas de sobriedade, toda e qualquer manifestação vinda dos pobres de Cristo se encontraria na tomada de ações pacíficas que não apresentam nenhuma solução aos humilhados, tampouco alcançaria os ouvidos da classe exploradora ou as mesas parlamentares. A idealização de sobriedade também contribuiu para enraizar o preconceito de um setor trabalhista para outro, daqueles que habitam as fortalezas de Satanás aos pobres de Cristo. Os pobres de Cristo olhavam para os operários frequentadores de tavernas e bordéis com desprezo, enquanto os frequentadores assimilavam os herdeiros da educação metodista com zombaria. “Se disser para um marinheiro que ele deve escutar o chamado de Cristo ele responderá que já escuta demais o chamado do imediato” (THOMPSON, 1963); essa perpetuação continua auxiliou no impedimento da união entre a classe operária, que com perspectivas distintas, atardou a socialização do proletariado embaçando reconhecimento de uma mão exploradora em comum e portanto retardando qualquer medida de ação eficaz, pondo a classe trabalhadora em um espécie de guerra civil moral. O poder de alcance da idealização de classe distintas foi repercutido pela elite britânica, que associava a marginais os operários deístas e todos que não fossem possuidores das demarcações de terra, possuíssem o mínimo dos direitos de nascença e que não fossem devidamente educados dentro dos parâmetros britânicos. Esse pressuposto revela tanto as intenções da classe proprietária quanto a sua visão, que não obstante legítima e reforça que todos aqueles que não possuem o mínimo de condição optaram por meios ilegais de acessibilidade (THOMPSON, 1963).

Após a morte de John Wesley, foi estabelecido que os grupos metodistas alcançaram aproximadamente 80 mil pessoas, número mais do que suficiente para repercutir suas ideias e impedir qualquer fagulha revolucionária. Entretanto esses não foram os únicos fatores responsáveis pela paralisação das ações radicais. A aristocracia desenvolvida pelos grupos dissidentes esfriou as atitudes revolucionárias

de organizações como os quacres, que nos anos de 1790 não chegavam a 20 mil membros na Inglaterra e que outrora contava com membros como Lilborne, Fox e Pen. Perderam o potencial de seu espírito energético com as emigrações sucessivas para a América do Norte, tendo suas intenções de hostilidade voltadas ao Estado reduzidas a meros signos, contribuindo muito mais para a consciência da classe média do que para o movimento popular. Em 1792, durante o encontro trimestral dos amigos de Yorkshire, foi pautada “a verdadeira serenidade da mente” no intuito de interpretar o “estado de desordem que existe em nossa nação” (THOMPSON, 1963), pois eles não deveriam se filiar a nenhum partido político ou repercutir qualquer pensamento de aborrecimento contra o rei, já que vivem dos diversos privilégios e, portanto, deveriam retribuir com grata submissão. Seus fundadores jamais usariam as palavras “grata” e “submissão” na mesma frase. Já os batistas mantiveram um grau mais elevado de coerência, se mantendo o mais calvinista possível, nobres em suas crenças e plebeus para seus seguidores. Sendo assim, somadas as políticas de quietismo metodistas, as influentes ações da dissidência aristocrática refletem em uma Inglaterra com uma resoluta seita de “aguardar pacientemente a justiça divina” e de conviver com uma espécie de radicalismo adormecido.

3.2 Anarco-sindicalistas, anarco-comunistas e socialistas

Em São Paulo, um dos maiores desafios dos anarquistas, para além de unir a classe operária, era a resolução entre os métodos idealizados pelos grupos ideológicos. Cada grupo possui pensamentos distintos sobre como mobilizar e nortear a classe trabalhadora. Os anarco-sindicalistas optam por ações diretas como meios pedagógicos de educar e levantar manifestações a fim de solucionar fragmentos de exploração no sistema vigente e, a longo prazo, instaurar um novo sistema, igualitário, sem distinções de classe e que atenda às necessidades do proletariado. Em contrapartida, os anarco-comunistas refletem que o uso constante das ações diretas acaba por ofuscar a instauração do comunismo, visto que, com as ações diretas solucionando os fragmentos exploratórios do sistema capitalista, a classe operária termina por entrar em acordo com a classe proprietária, deste modo, fazendo com que o comunismo se torne uma ideia obsoleta para a mentalidade das massas. Já os socialistas da década de 1910 acreditavam em meios pacíficos e democráticos de

instauração do sistema comunista, através do parlamentarismo democrático a classe trabalhadora encontraria sua ascensão sem a necessidade de optar por métodos hostis de manifestações. Em contrapartida aos socialistas, os anarco-sindicalistas e anarco-comunistas reconheciam os métodos socialistas como impróprios, ilegítimos e ingênuos para o levantar da consciência coletiva. É notável que, por conta dessas distinções, os grupos libertários trocaram alfinetadas dentre suas publicações, tanto acadêmicas quanto na propagação de seus itinerários e jornais. Esses conflitos dialéticos acabavam por confundir e reforçar a apatia dentre os leiteiros, padeiros, trabalhadores das indústrias de gás e têxteis, que se encontravam no âmbito das discussões e muitas vezes em meio ao fogo cruzado (LOPREATO, 1996).

Por mais que as divergências pudessem ocasionar no retardamento de ações funcionais, a noção de que sozinhos as ideologias não acarretariam tanto impacto quanto ao se organizar, um método foi o responsável por unir os ideais anarquistas e comunistas: a greve geral. A concepção de greve geral servia aos valores de ambos os posicionamentos ideológicos, visto que ela, do mesmo modo que se fundamenta em uma perspectiva pedagógica de organização para a fundamentalização da consciência de classe, também orquestra os trabalhadores para uma ação construída com base em um todo. Trata-se de uma questão pensada para unir todos os meios de ação direto, de forma radical e dinâmica, sendo, portanto, o método responsável pela adesão de demais setores e que possibilitou a união de ambos os movimentos ideológicos, que ganharam força após a paralização geral de três dias no mês de maio. Solidariedade foi a palavra chave de todo o movimento. Ser solidário era, antes de tudo, aderir ao movimento trabalhista, independente do setor. Os anarquistas, em comitês e publicações, buscaram ressaltar que o movimento deveria aderir a greve geral como um todo, sem distinções ou parcialidade, pois em contrapartida a paralização tomaria o rumo contraproducente, portanto, sendo insuficiente para impedir as ações de açambarcadores e monopolistas, isto é, não se limitando unicamente em baixos salários, mas sim, compreender a carestia dirigindo sua atenção para todos aqueles que forem inimigos do povo.

A greve geral deveria ser acompanhada de um forte movimento popular e se construir como alicerce de uma consciência coletiva, ainda inexistente, mas indispensável para o projeto anarquista de construção de uma sociedade mais justa e igualitária (LOPREATO, 1996, p. 49).

Já Luigi Damiani, um dos mais ativos da corrente do anarco-comunismo, reconheceu o pensamento anarquista e assinalou, na antevéspera do conflito – que resultaria no estopim da greve com a morte do operário Jose Iniguez –, que o contexto de 1917 impunha a necessidade de um movimento geral, para além das categorias de greves comuns dispersas. No mesmo sábado, durante a conferência no Centro Libertário de São Paulo, os anarquistas levantaram debates sobre “miséria e a grandeza do proletário” e abordaram a necessidade de se abraçar um movimento geral de ação direta como substituto às greves parciais. O clamor foi considerado um sucesso, pois parecia que a greve geral, acarretada unicamente pela consciência coletiva da classe trabalhadora, estava prestes a se tornar realidade. As demais categorias ideológicas responderam aos apelos do CDP ao se declararem em greve por solidariedade e em 11 de julho cinquenta e quatro fabricas se declararam ter suas atividades paralisadas, tendo um numero de grevistas em aproximadamente 20 mil. Com as manifestações sendo iniciadas a todo vapor, o delegado geral buscou encontrar um método de conciliação, tendo em vista propor um fim para o movimento, declarando que, por mais que as relações de desagrado com que era recebido dos manifestantes, o mesmo advogava em prol dos interesses do coletivo. Entretanto, por mais que fosse reconhecido como operário – no sentido de vender sua força como meio de produção –, sua função não era a de sancionar as explorações, humilhações e falta de acessibilidade aos direitos de nascença, mas sim o de manter a ordem social e garantir a segurança da propriedade privada (LOPREATO, 1996).

Thyrson Mantis, ao aconselhar calma, se ofereceu como itinerário e solicitou uma pauta na tentativa de reivindicar negociações em prol de um acordo com os patrões atentando aos sentimentos ordeiros dos trabalhadores, publicou no dia 10 de julho, um boletim alertando os trabalhadores de que sob o pretexto, agitadores estavam desrespeitando as autoridades que unicamente buscavam cumprir o seu dever “só na calma e no respeito à lei são possíveis a vitória do direito” (LOPREATO, 1996). Porém, os operários apontaram a violência policial como método escolhido pelo Estado para conter os manifestantes e que a lei seria, por si só, um meio que os exploradores encontraram de legitimar suas ações e seus interesses. Esse conflito se acirrou após a tentativa de intervenção de Mantis, com seus 50 cavalarianos na greve de 9 de julho, que, ao não ser recebido conforme o esperado, retribuiu com hostilidade os grevistas, resultando na troca de tiros e morte de Jose Iniguez, que para além do

primeiro passo para a intensa paralização geral, também fora o estopim da solidariedade entre os setores trabalhistas.

O delegado geral se transferiu para o Bras, o centro operariado e, portanto, o núcleo das manifestações trabalhistas, e instalou seu quartel general. Essa ação deu ao bairro um cenário belicoso, pois o deslocamento da cavalaria pressupunha que a cidade estava para entrar em batalha. As ruas de São Paulo também foram tomadas por polícias, que, com o argumento de manter a ordem social, estavam presentes para reprimir qualquer espécie de manifestação dos grevistas:

Aventurar-se, portanto, a desobedecer às ordens de não circular pelas ruas de São Paulo na sexta – feira, treze de julho, era desafiar não só as metralhadoras da polícia, mas também a superstição popular de que a sexta – feira e 13 é uma combinação anunciadora de tragédia. (LOPREATO, 1996).

Por mais que o clima de tensão repercutisse por toda a cidade, as manifestações não recuaram e foram se tornando mais intensas e alcançando mais e mais membros. Esse pressuposto abre margem para os direitos de nascença, que partem da noção comum de distinção dos privilégios para o mínimo de direitos. As repressões da polícia para os grevistas, as explorações e humilhações que a classe operária sofria e o alto preço de produtos essenciais para a manutenção da vida foram fatores cruciais para colocar em pauta os direitos de nascença dos cidadãos paulistanos (THOMPSON, 1963). Funcionários de indústrias que já tivessem garantido suas exigências e mesmo aqueles que alegavam não ter o que reclamar dos patrões se mantinham firme nas manifestações, em resposta aqueles que ainda não tinham alcançado seus requisitos (LOPREATO, 1996).

As rodadas de negociações se iniciaram no sábado, 14 de julho. Data sugestiva ao levar em consideração o cenário francês de 1789. Durante esse contexto a pressão midiática, que já tinha se auto declarada na posição de apoiadora do movimento dos operários, e esteve muito influente para a tomada de decisão do Estado e das Companhias de proprietários. Nesse momento o jornal O Combate publicou um editorial cujo a principal concepção era a de que a maior ousadia dos operários tenha sido a apropriação da farinha para fins especulativos, pois fazia frente aos poderes constituídos e aos indústrias. Na matéria, a tomada da Bastilha em si não passou de um incidente sem importância maior do que os saque de 600 sacos de farinhas do Moinho Santista. O jornal também ressaltou que o Estado atentasse não

só para o antigo cenário francês, mas também para os desdobramentos da Rússia da década de 1910 e o aconselhou que o governo assumisse o compromisso consciente e inquebrável de reparar as omissões do passado, para evitar o levante popular para que não haja a necessidade de reprimi-lo usando a força. Os jornais que não possuíam vínculo com o governo determinaram ao Estado a reponsabilidade de eclosão da greve, com o pressuposto de que governar é prevenir e a indiferença debitada pelo governo no conflito grevista, aos gritos incessantes de fome e aos clamores da população colocaram em xeque a capacidade de governar do Estado. Por mais que a data sugestiva e pressão da mídia, só houveram registros de pequenos distúrbios ocorridos, em que grevistas tentaram impedir a saída dos carroções de limpeza pública (LOPREATO, 1996).

Na segunda feira, 16 de julho, os manifestantes saíram de suas casas mais uma vez, só que nesse momento com aval da polícia em rumo a proposta da CDP de acordo. Durante os três comícios, os trabalhadores presentes votaram, levantando as mãos, para a retomada ao trabalho nos estabelecimentos cujo os patrões aceitaram as bases do acordo e para a manutenção da greve, em que os industriais se mostraram relutantes em aceitar. Essa relutância se da ao fato de que assinado o acordo, os manifestantes retornariam as ruas com mais intensidade caso os industriais não cumprissem com as exigências do tratado no mais breve prazo (LOPREATO, 1996). O fim da greve foi comemorado por toda imprensa e pelos trabalhadores, que, além de vencerem a exploração, fome e as baixas condições de trabalho, também triunfaram sobre a humilhação e conquistaram significação moral maior do que qualquer ganho econômico, pois ela simbolizou o reconhecimento das pretensões operárias. Para os militantes libertários, a vitória do operariado significou a superação de si mesmos, pelo autodesenvolvimento de consciência coletiva: esta, que era duvidosa e incerta, tornou-se palpável diante das mobilizações.

4 GREVE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Antes de falarmos de consciência de classe, é necessário entender o que é a classe, como ela se manifesta, se relaciona e as demais perspectivas teóricas de classe social. A princípio, a classe é definida pelo marxismo como o posicionamento que cada classe ocupa no processo de produção, sendo o trabalho a categoria fundante do mundo dos homens. É através do trabalho que o homem transforma a natureza e, portanto, se transforma. Sendo assim, o método peculiar de cada contexto histórico define o modo pelo qual cada sociedade transforma a natureza em meios de produção ou de subsistência, constituindo a forma que determina o que serão suas classes sociais (LUKÁCS, 1960).

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla sua troca material com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 2014).

Na teoria marxista, é certo que dentro da pirâmide social as classes são divididas por camadas e, a partir do pressuposto do materialismo histórico, as classes mais puras dentro do sistema capitalista são o proletário e o burguês, sendo o proletário responsável pela transformação de matéria prima em mais valia e a burguesia os redentores de todo capital. A sociedade burguesa é uma variante histórica das sociedades de classes dominantes, pois ela compartilha vínculos com o feudalismo e o escravismo. Já o proletário, ao transformar a natureza através do trabalho e converter a matéria-prima em meios de produção, desenvolve toda a riqueza social. Segundo Lukács, a consciência de classe vai além da ciência de posicionamento e reconhecimento de causa; esta é, por essência, a consciência psicológica, que parte do entendimento social contextual, isto é, mesmo que um indivíduo se reconheça como parte da classe trabalhadora e reconheça seu explorador como vivente da classe burguesa, isto não será o suficiente para que o mesmo desenvolva a consciência de classe, pois, como será abordado futuramente, a consciência de classe é “a reação racional adequada, que deve ser adjudicada a uma situação típica no processo de produção” (LUKÁCS, 1960), pressupondo que

consciência de classe possibilita às classes proletária e trabalhadora reconhecer os pensamentos e sentimentos de vivências que os homens teriam tido em um determinado ponto de sua vida, se tivessem sido capazes de compreender essa situação e as intencionalidades nela presentes no intuito de solucionar a grosso modo o sistema capitalista.

Ao nos atentarmos para a noção de classe de Thompson, é certo que essa não surgiu espontaneamente ou com hora marcada como a aurora de um novo dia. Ela surge em uma série de acontecimentos distintos e possivelmente desconectados, tanto na matéria prima da experiência quanto na consciência. A concepção thompsoniana vai em contrapartida com as noções enraizadas de classe como uma estrutura ou categoria, sendo que, para ele, a classe pode ser definida através das relações humanas, seja na socialização entre indivíduos que compartilham os mesmo ideais e interesses em comum ou nas relações da mão de obra com a natureza na perspectiva de criação de matéria prima em meios de produção. Essas relações acontecem quando homens com resultado de experiências comuns, herdadas ou compartilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses, opondo-se a homens cujos interesses divergem dos seus. Diferentemente do pressuposto analisado no início dessa retórica, a consciência pressupõe uma classe e não classes, abrindo margem para a concepção da existência de apenas duas classes: a classe trabalhadora e a classe burguesa. Ao contrário da noção de Lukács, que apresenta classes distintas dentro de camadas sociais mentalizando a consciência de classe vindo através de fatores e políticas externas às classes social, não necessariamente desenvolvida dentre os trabalhadores, para Thompson é impossível existirem duas camadas distintas, com seres independentes que compartilhem das mesmas experiências e, portanto, de relações recíprocas, pois a classe trabalhadora, ao contrário da tradução titular curiosa da obra de Thompson, não fez de si, mas sim, presenciou sua própria formação (THOMPSON, 1963).

A intencionalidade da concepção thompsoniana de identidade coletiva do operário se dá em contrapartida a duas interpretações deturpadas, segundo o próprio historiador, de entender a classe como uma “coisa”, sendo ela tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente: um coletivo de indivíduos, em uma proporção somadas aos meios de produção. Uma vez entendida dessa forma, torna-se deduzível que basta a classe reconhecer sua posição e de seu

antagonista que será o suficiente para ela desenvolver sua consciência de classe (THOMPSON, 1963).

A outra premissa é a noção burguesa de negligenciar a existência de classe, sendo no máximo um componente da estrutura social, deduzindo que sua posição no contexto histórico e os veículos de exploração são exercícios naturais do sistema, portanto, passando de uma visão dinâmica para uma visão estática de classe. Esse pressuposto abre margem para a noção de que consciência de classe, algo inventado por teóricos deslocados, nada mais é do que uma erva daninha que prejudica à harmonização entre os grupos que desempenham papéis diferentes “um sintoma de motim injustificado” (THOMPSON, 1963) sendo o único problema a obtenção de um meio para condiciona-la para que aceite seu papel social e de melhor canalizar suas queixas. Para Thompson, a classe pode ser unicamente definida pela palavra “relação”, pois é através do meio cultural de socializações entre os trabalhadores com interesses e ideais em comum e das relações com os meios de produção que se caracteriza a formação da classe operária.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, ideias e instituições (THOMPSON, 1963, p. 44).

4.1 Consciência de classe

Falando das concepções de classes sociais, é chegado o momento da retórica de consciência de classe, suas distinções e seu papel para a história da classe operária. Ao partir de Georg Lukács, a única classe, dentre todas existentes e que já existiram na história das sociedades, em que é possível desenvolver a consciência de classe, é a classe trabalhadora. Isto porque seu posicionamento na história permite enxergar a sociedade em sua totalidade, e portanto torna-se possível reconhecer pensamentos e sentimentos que indivíduos teriam tido numa determinada situação da sua vida se tivessem sido capazes de compreender perfeitamente os contextos e os interesses dela decorrentes, tanto em relação à reação imediata, quanto em relação à estrutura de toda sociedade, conforme esses interesses. Entretanto, o materialismo histórico-dialético em nada contesta que os próprios indivíduos cumprem ou executam

conscientemente suas ações históricas; entretanto, essa é uma consciência psicológica e não de classe. Sendo necessário, portanto, entender quais foram as forças motrizes que moveram esses indivíduos, levando em consideração que suas ações, mesmo sendo dotadas de intencionalidades e incentivos subjetivos, não foram pensadas como meio de superação do sistema vigente, mas sim, como superação das consequências do mesmo (LUKÁCS, 1960). Nesse sentido,

[...] as numerosas vontades individuais que operam na história produzem, na maioria das vezes, resultados completamente diferentes daqueles desejados - freqüentemente até opostos - e por conseguinte, seus motivos tem igualmente uma importância apenas secundária para o resultado do conjunto. Por outro, restaria saber quais forças motrizes se escondem, por sua vez, atrás desses motivos, quais são as causas históricas que, agindo na mente dos sujeitos agentes, transformam-se em tais motivos (ENGELS, 2020, p. 24)

É preciso que, em seu nível mais primitivo de reconhecimento, as forças motrizes que moveram as sociedades até o então surgimento do sistema capitalista sejam vistas com normalidade pela perspectiva burguesa, entendendo-as como leis eternas de perpetuação, isto é, a naturalização das condições passadas que pressupõe o sistema como uma consequência histórica, abrindo margem para a isenção e a legitimação do sistema, pois, como não existe uma forma de se corrigir o passado, tampouco existe algo a se fazer no tempo presente. A concepção burguesa de história deriva do intuito de assenhorar-se pelo pensamento histórico, que pressupõe uma tarefa insolúvel em sua essência. Sendo assim, a partir desse pressuposto, a consciência de classe, sob a perspectiva burguesa, não passa de mero estorvo que prejudica a evolução do sistema e as relações de proletário e burguês, sendo necessário adestrar a classe trabalhadora para que ela aceite sua condição no sistema.

A consciência de classe é em sua essência a capacidade de sintetizar as resoluções do sistema liberal, no sentido de supera-las e não entrar em harmonia com o mesmo. A consciência parte do entendimento de que a luta do trabalhador não é voltada para as consequências do sistema, mas sim para o sistema. Ao invés de se manifestar em prol de aumentos salariais o operário deve se posicionar contra o sistema assalariado. Portanto, as greves dispersas são ações que prejudicam gravemente o desenvolvimento da consciência da classe, pois, ao se manifestar em relação às consequências do sistema, o operário sanciona alguns aspectos da

exploração. Entretanto não a raiz dela, permitindo que novos métodos de exploração germinem cada vez mais ferozes e de difícil superação. Por conta de seu posicionamento na história, a classe operária é, dentro de todas as outras classes existentes e que já existiram, a única capaz de olhar para a totalidade sociológica e apresentar consciência de classe. Não obstante, seu posicionamento impede que a mesma se desenvolva sozinha, pois é vítima constante do olhar influenciador e impositivo dos proprietários. Cabe então aos partidos ideológicos marxistas levar a consciência de classe até o operário e mobiliza-los rumo ao triunfo da ditadura do proletariado, que em essência é preferível à democracia liberal por se tratar do poder voltado aos interesses em comum da classe trabalhadora e não centralizado nos redutores dos meios de produção (LUKÁCS, 1960). Em síntese, para as perspectivas dos comunistas, tanto de teóricos acadêmicos – como Georg Lukács – quanto para os partidários ideológicos da década de 1910 no Brasil, a consciência de classe se desenvolve através do partidarismo, sendo impossível não relacionar consciência de classe com a história.

Existem também aqueles que entendem o desenvolvimento da consciência de classe pela própria classe, isto é, de dentro para fora. Sendo a classe um fenômeno histórico que unifica contextos díspares e diversas vezes desconexos, tanto no que se refere a matéria-prima da experiência quanto na própria consciência, a classe é determinada por suas relações de interesses em comum e noções de reciprocidade. Portanto, além da noção de condição, estrutura ou reduzida a uma visão estética. É notável, segundo esse pressuposto, dois fatores distintos: a experiência de classe e a consciência de classe, ambos em suas essencialidades, entretanto sendo fundamentais um para o outro, pois a consciência de classe se desenvolve através dos métodos de socialização de experiência derivada das relações entre os indivíduos da classe trabalhadora. A experiência de classe se determina pelos indivíduos, através de meios hereditários ou através de sua entrada involuntária, em relação aos meios de produção. Portanto, a consciência de classe é visada dos métodos de como a classe trabalhadora lida com essas experiências em suas perspectivas culturais, isto é, a forma como a classe trabalhadora relaciona essas experiências em seu em seu tempo, como forma de superar determinado contexto (THOMPSON, 1963).

Esse pensamento, se contrapõe a retórica de consciência de classe de Lukács – por mais que Thompson não se dirija diretamente ao Lukács – na ênfase da própria síntese de consciência de classe. Ambos não descartam o valor da

historicidade e seu papel para a luta do operário, porém a reflexão de Thompson parte da premissa de classe como fenômeno histórico de relação, e não de algo palpável como um posicionamento na pirâmide social, pois a classe não existe para ter um interesse ou uma consciência ideal, tampouco se estender em uma mesa como um paciente prestes a entrar em operação. Para Thompson, a consciência de classe é representada de forma volúvel, de modo que é possível que a mesma se adapte e preencha bordas de diferentes contextos sociais. Ao partir dessa concepção, é deduzível que em relação às experiências em seu âmbito cultural a consciência de classe se manifeste sempre da mesma forma em contextos distintos, todavia nunca exatamente da mesma forma:

Aí estão as mesmas aspirações, temores e tensões: mas surgem num novo contexto, com nova linguagem e argumentos e num equilíbrio de forças modificado [...] a continuidade das tradições e o contexto que se alterou. [...] encontramos as longas tradições dos artesões e artífices urbanos, tão semelhante ao menu peuple, que George Rudé mostrou ser o elemento revolucionário mais volátil na multidão parisiense (THOMPSON, 1963).

4.2 Greve geral de 1917: ligas bairristas dos operários

Abordada os conflitos dialéticos entre anarquistas e anarco-comunistas e apresentadas suas referências discursivas, é o momento de entendermos as conciliações e os métodos que ambos encontraram para trabalharem juntos em prol da classe operária. No primeiro momento, fica evidente que as explorações na jornada de trabalho, humilhações e a falta de atenção do Estado e da classe proprietária para as carências nos setores de segurança, acessibilidade alimentar e o uso indevido de mulheres – e principalmente crianças – nos setores trabalhistas foram fatores cruciais para o estopim da greve geral de 1917. Entretanto, a greve geral só foi suficientemente alcançada com a união de grupos ideológicos, em especial os anarquistas e anarco-comunistas. A princípio, como já fora abordado antes, os grupos libertários divergiam de seus ideais de forma que se tornava um desafio alcançar o a classe operária a fim de romper com a apatia, entretanto foi através da greve geral que ambos os grupos encontraram métodos para cruzar seus ideais e coloca-los em prática.

Os grupos libertários estavam colhendo seus frutos das primeiras agitações do ano de 1917. A próxima etapa era dividir e organizar os trabalhadores em ligas de resistência nos bairros em que habitavam e trabalhavam, no intuito de estreitar os

laços de solidariedade para a propagação de ações coletivas. Durante o contexto, surgia dentro das análises dos grupos ideológicos, em resposta a incerteza da adentrada do país no conflito europeu, a necessidade de ações urgentes em defesa dos interesses do trabalhador. Foi com a entrada dos Estados Unidos no conflito europeu em abril de 1917 que os grupos ideológicos pronunciaram que não tardaria para os brasileiros também engajarem no conflito, que a ação do dependia da pressão posta por seus credores aliados e, a partir desse momento que os anarquistas intensificaram as propagandas e retóricas antipatriotista, anti-intervencionista e antimilitarista. Por conta da possibilidade de entrada do país no conflito, o Estado intensificou a repressão aos propagandistas, que logo reconheceram as intenções de suas ações ao observarem a perseguição da polícia carioca aos grevistas da Fábrica de Tecido Corcovado. Era um aviso do quanto a reação burguesa autoritária estava se preparando (LOPREATO, 1996). Em resposta, os propagandistas incentivaram os trabalhadores a construir ligas de resistência nos bairros onde habitavam, sem distinção de raça, ofício, sexo ou idade com o objetivo de agrupar os elementos que haviam simpatizado com a causa dos operários. Com a constituição das ligas, e em resposta a como organizar os operários, as distinções de ideais anarquistas e comunistas voltaram a aparecer. Ao serem acusados pelos companheiros de “operaísmo”, o grupo do jornal *Guerra e Sociale* procurou se posicionar quando aos métodos de organização dos operários, que a luta não se limitasse aos salários ou horas de trabalho, mas que colocasse em pauta a superação do sistema vigente, eles também levantaram que em momento algum foram contra a organização do operário, mas sim os métodos mesquinhos com que eles se revestem, a um círculo vicioso do reformismo (LOPREATO, 1996).

O processo de entendimento entre os anarquistas e anarco-comunista obtiveram como síntese a elaboração de um acordo para a construção e elaboração das ligas operárias, mesclando entre os ideais das duas correntes ideológicas. A publicação do documento “As Bases do Acordo” apresentou em seu princípio uma série de considerações sobre os males do sistema liberal, responsável pelo antagonismo dos interesses entre as duas classes sociais e divisão da sociedade e, o Estado com sua “compreensão” ao sistema busca a compressão do operário através dos meios arbitrários utilizando da polícia e o exército para atacar os operários, que são os responsáveis pela produção de toda a riqueza social, ao se manifestarem contra seus exploradores. A base da organização do proletariado partiu da premissa

de que “a luta entre as classes é permanente e dela o proletário não poderá sair vencedor se não se unir forte e conscientemente os seus esforços” (LOPREATO, 1996). A liga dos operários, obteve por função pedagogia diversas pautas e debates com o intuito de

Propagar a ação contra o serviço militar obrigatório, combater a lei de expulsão de estrangeiros, zelar pelo direito de associação, de reunião e livre propaganda de ideais, promover a defesa dos trabalhadores e propagandistas em caso de prisão, perseguição e injustiça de que sejam vítimas, se esforçar pela cultura [...] apoiar as escolas baseadas no método racionalista e científico e ainda mover uma campanha ativa contra o alcoolismo [...] (LOPREATO, 1996).

A liga dos operários também combatia as ações dos açambarcadores e a falsificação de alimentos, que em resposta a alta exportação de alimentos, misturavam diversos elementos aos alimentos a fim de vendê-los mais barato. Lutaram também contra os altos alugueis, visando o barateamento do mesmo, e também contra os impostos alfandegários. Foram também motivados a exigir dos patrões condições mínimas de segurança e de higiene, no intuito de prevenir acidentes e moléstias no ambiente de trabalho. Em suma, foram as ligas dos operários, visadas pela organização dos operários, fator crucial para a união dos grupos ideológicos e na orientação dos trabalhadores durante o período grevista, que eclodiu desde maio, servindo como subcomitês do Comitê de Defesa Proletária, durante o processo de greve geral em julho de 1917 (LOPREATO, 1996).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A greve geral paulistana da década de 1910 foi um marco para a história da classe operária e para os grupos ideológicos. Foi durante os processos dialéticos de organização e mobilização do operário que os grupos libertários encontraram meios para sintetizar seus ideais e coloca-los em prática. As percepções de consciência de classe, porém, determinam a complexidade desse momento, que contou tanto com as ações diretas tomada pelos operários no início do ano, quando para os distintos grupos libertários, que tiveram de buscar entendimento entre si a fim romper com a apatia e estreitar laços de solidariedade. Os grupos anarquistas somados aos anarco-comunistas promoveram métodos de conscientização dos grupos: as ligas dos operários, que possibilitou aos trabalhadores a manifestação de suas ideias, promovendo debates e palestras, sendo possível levantar e sintetizar suas condições a respeito das explorações vividas. Fica claro também, que as ligas dos operários serviram como métodos de estratégia durante o processo de acordos, os grupos ideológicos e todos aqueles que estivesse lutando em prol da causa eram caçados pelo Estado, como já foi levantando, utilizaram do argumento ilusório de acordo para prender aqueles que propagavam a greve.

No primeiro momento, fica evidente as manifestações de consciência de classe, no sentido das relações de experiência, durante os primeiros passos do que viria a ser a paralisação geral. Foi através dos incentivos de relação a solidariedade, principalmente através de jornais que foi possível as manifestações de ideais alçarem aos diversos setores trabalhistas, mesma ação tomada pelos ingleses da sociedade londrina de correspondência durante o século XVIII na busca de alcançar um número ilimitado de membros. A luta contra os interesses externos da imprensa, a dissidência, a tomada e a busca dos direitos de nascença, a luta contra açambarcadores e monopolistas e as explorações de mulheres e criança foram fatores vigentes para a classe trabalhadora se unir e relacionar suas experiências a fim de promover a consciência de classe, entretanto, também se torna notável as complicações durante o processo de organização, sendo necessário que grupos partidários tomassem a frente, superando suas distinções e buscando meios para que a consciência de classe fosse devidamente desenvolvida.

Partindo desse pressuposto, o principal intuito que trabalho buscou, foi o de compreender o desenvolvimento da consciência de classe dos operários

paulistanos, resgatando diretamente aspectos do contexto grevista na Inglaterra no século XVIII, a fim de promover os debates e sínteses teóricas, que vieram para o Brasil junto aos imigrantes europeus durante o final do século XIX, dos grupos anarquistas e comunistas.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. São Paulo: Editora Hedra, 2020.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: DIFEL, 1986.

HOBSBAWM, Eric. Introdução ao Manifesto Comunista. *In*: HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-35.

LOPREATO, Christina da Silva R. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. 1996. 263 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LUKACS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Edipro, 2015.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Veneta, 2014.

NARITA, Felipe Ziotti. **Educação, vida urbana e moralidade: a elaboração do povo e a invenção do social no fim de século brasileiro**. 2019. 378 f. Relatório (Pós-Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1963.